Ñanduty
ISSN:2317-8590

Volume 14 | Número 23 | 2026

Pés no chão para voar: escrevivência, dança afro-brasileira e reencontro ancestral

Grounded, so I can fly: *escrevivência* (Self- writing), afro-brazilian dance and ancestral connection

Marina Nascimento Silva Souza
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
E-mail: marina.silva@ufms.br[1]
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7299-0926

Marina Brasiliano Salerno
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
E-mail: marina.brasiliano@ufms.br[2]
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3736-4740

Resumo
Este relato de experiência assume a metodologia da escrevivência como um ato político, ético e estético (Machado, 2019) ao apresentar a trajetória de uma mulher negra, educadora física com especialização em dança e consciência corporal, cuja formação e atuação profissional de mais de 25 anos foram predominantemente pautadas por danças de matriz eurocêntrica, como o balé clássico. A partir do reencontro com as danças afro-brasileiras e as filosofias africanas em seu ingresso na pós-graduação, a autora reflete sobre os processos de exclusão, a busca pela ancestralidade e a implementação de oficinas de dança afro como ferramenta pedagógica e de resistência em um contexto geográfico conservador e marcado pelo racismo religioso. O texto articula a experiência pessoal com referencial teórico, destacando o maracatu e o frevo como expressões culturais escolhidas para mediar esse trabalho em um ambiente escolar resistente e sustentar agenciamentos preciosos em meninas negras de uma escola municipal do interior do Mato Grosso do Sul.
Palavras-chave: escrevivência; dança afro-brasileira; educação étnico-racial; ancestralidade; racismo religioso.

Abstract
This account of experience adopts the methodology of *escrevivência* (self- writing or writing from lived experience) as a political, ethical, and aesthetic act (Machado, 2019) by presenting the

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2025).
[2] Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, vinculada ao curso de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, na linha de pesquisa Diferenças e Alteridades, e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa Formação de Professores, Processos e Práticas Educativas.

trajectory of a Black woman, a physical education teacher specializing in dance and body awareness, whose training and professional practice of over 25 years were predominantly guided by Eurocentric dances, such as classical ballet. Through her rediscovery of Afro-Brazilian dances and African philosophies during her postgraduate studies, the author reflects on processes of exclusion, the search for ancestry, and the implementation of Afro-dance workshops as a pedagogical and resistance tool in a conservative geographical context marked by religious racism. The text articulates personal experience with theoretical frameworks, highlighting maracatu and frevo as cultural expressions chosen to mediate this work in a resistant school environment and to support valuable agency in Black girls from a municipal school in the interior of Mato Grosso do Sul.
Keywords: escrevivência; afro-brazilian dance; ethnic-racial education; ancestrality; religious racism.

Nossos passos vêm de longe

Escrever sobre a própria vivência abala as estruturas hegemônicas ao compartilhar outros saberes em espaços antes dominados pela narrativa única ocidental — uma perspectiva que teme a interação com o diferente e que anseia por dividir, separar e apagar para dominar e padronizar. Tais condutas são conhecidas há muito tempo pelas protagonistas da escrevivência: as mulheres negras. A subjetividade contida em nossas narrativas, que tempera a escrita acadêmica com sabores marcantes, envolventes e encantadores, demonstra que nunca fomos indivíduos passivos na construção da sociedade. Ignorar nossas epistemologias não as fez desaparecer (Leite & Nolasco, 2019).

Este artigo relata uma etapa de minha caminhada em direção à escrita de minha dissertação de mestrado no Programa de Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2023 e 2025, sob o título *Escrevivências e experiências de corpos negros na dança*.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Minayo, 2001) conduzida pela escrevivência (Evaristo, 2009) e fundamentada por meio da revisão bibliográfica (Barros, 2009). Entre outros encontros metodológicos que descreveremos melhor mais adiante, destaco a escrevivência, ferramenta principal utilizada na forja desta escrita como um conceito-

experiência que conduz minha narrativa e a posiciona como possibilidade regozijante de revisitar experiências anteriores e dançar novos sentidos (Lima, 2023).

O processo de escrita demanda muitos esforços, mas após estruturar o referencial teórico por meio dos conceitos de agência, afrocentricidade e danças afro-brasileiras, constituiu-se um potente arcabouço de possibilidades para reencontrar o objetivo da pesquisa que se propôs a compreender as possibilidades de agenciamentos acessados por meninas negras por meio da dança, como também lidar com as questões do apagamento das manifestações afro-brasileiras, a partir do trabalho de campo, que descreveremos a seguir, fruto da intersecção dos aspectos aqui emergidos.

É caminhando que se faz o caminho — do balé clássico às danças afro-brasileiras

Como mulher negra de 42 anos, formada em Educação Física, especialista em Dança e Consciência Corporal, com minha formação em balé clássico orientada pelo método inglês da Royal Academy of Dance, e vasta experiência em sala de aula por mais de 25 anos, encontro-me agora em um processo de reconexão com minha ancestralidade e com as filosofias africanas conduzidas pelas danças afro. Este movimento se iniciou com a oportunidade de ingressar na pós-graduação, em uma localização geográfica com características conservadoras e sérias questões de racismo religioso, o estado de Mato Grosso do Sul, o que impôs desafios específicos à prática pedagógica e à pesquisa.

Minha formação profissional foi constituída por boa parte das vertentes de dança pertencentes ao modelo hegemônico: balé clássico, dança moderna, jazz, dança contemporânea e flamenco. Foi justamente por meio do balé clássico, uma forte referência artística eurocêntrica, que me profissionalizei e atuei pela maior quantidade de tempo como professora. Durante mais de 25 anos em sala de aula, reproduzi, muitas vezes inconscientemente, padrões estéticos e técnicos que negavam minha identidade e ancestralidade.

Gonzalez (1988) reflete acerca dos espaços de clara separação entre negros e brancos em nossa sociedade através dos tempos, e eu, evidentemente, por não estar inserida nesse recorte, na área do balé clássico, me destacava. A autora traz a análise de Freud a partir do conceito de denegação, no qual a população branca a partir de um movimento de recalque em relação às potencialidades da cultura negra, a afasta, a difama, a dizima. E para ser ilusoriamente recebida como igual, domestiquei meus olhos para identificar e difamar qualquer movimento que colocasse em risco a supremacia cultural daquela população.

Apenas mais tarde, em uma pós-graduação em Dança e Consciência Corporal, tive meu primeiro e único contato, até então, com as danças afro e suas epistemologias. Esse encontro foi determinante para iniciar um processo de descolonização de meu corpo e de minha prática pedagógica.

O reencontro com as danças afro-brasileiras representou um processo de cura e ressignificação. Meu corpo antes disciplinado pelas técnicas eurocêntricas começou a encontrar outras possibilidades de movimento, outros significados, outra relação com o espaço e com o tempo. Como observa Rufino (2019), a ancestralidade emana um poder de resistência que se manifesta mesmo quando não temos consciência dela.

Nesse processo, compreendi que meu ser, antes atravessado pela ausência de referências negras, tornou-se canal de conhecimento e transformação (Machado, 2019), celebrando e honrando seu lugar na produção de saberes. Essa transição não foi simples nem linear: envolveu conflitos, dúvidas e, principalmente, o enfrentamento de um ambiente social e educacional resistente às culturas africanas.

Este “não lugar” que vivenciei por tantos anos e o processo de reparação pelo qual venho passando podem ser muito bem explicados pelo conceito da amefricanidade, elaborado por Lélia Gonzalez, que nos posiciona a partir de uma identidade potente, estruturada pela população negra que pisa o solo americano à força, mas preserva seus valores civilizatórios oriundos do continente africano, fortalece-se e vai muito além do sobreviver esperado pela sociedade eurocêntrica.

Permanece por seus agenciamentos e por meio de seus próprios entendimentos e modo de ser (Gonzalez, 1988).

Contexto geográfico e desafios da implementação

As oficinas de dança afro-brasileira ocorreram em um município do interior de Mato Grosso do Sul, região com características socioculturais conservadoras e sérias questões de racismo religioso. Como destaca Guedes (2016), as preferências desse estado sempre foram pelas práticas eurocêntricas, com o balé clássico, o jazz e o balé contemporâneo ocupando lugar de destaque desde os primórdios da década de 1970. Durante minha infância nesta região, nos anos 1990, o acesso ao consumo cultural estava restrito somente às oficinas e espetáculos de danças ocidentais. Essa carência de referências africanas persiste até hoje, criando um ambiente desafiador para a implementação de práticas pedagógicas baseadas nas filosofias africanas.

A dificuldade de implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, é particularmente aguda nesse contexto. Almeida e Sanchez (2017) atribuem essa dificuldade à insuficiência na formação de professores e às estruturas do sistema educacional que foram fundamentadas e ainda operam sob perspectivas racistas.

Durante o início de minhas aproximações com as filosofias africanas, pude vivenciar uma situação de racismo religioso em 2023, durante a Semana da Consciência Negra. Após receber convite para se apresentar nas comemorações municipais com um grupo musical afro-brasileiro do qual participava, enfrentamos sérias restrições ao nosso repertório, que não deveria contemplar os orixás em suas letras, principalmente o orixá Exu, solicitando que a apresentação fosse somente instrumental. Esse episódio revela que, frequentemente, não há compromisso genuíno em valorizar os saberes africanos, mas apenas se busca sustentar uma imagem positiva da gestão frente à população.

A filosofia africana é composta e se expressa a partir de elementos e fundamentos que não podem ser separados ou maquiados para serem aceitos como na época da colonização e do sincretismo religioso. O ritmo, os batuques e o tambor são parte da cultura, estão presentes nas expressões dessa população. Situações de discriminação como esta sinalizam a importância dessas manifestações se tornarem cada vez mais presentes em todos os espaços, pois a partir dessa divulgação e afirmação, poderemos enfrentar essas ideologias constituídas superficialmente que estruturam nossa sociedade, entendendo tal cultura como parte, e que a expressão e o consumo desta podem e devem existir ao lado das demais.

Nogueira (2023) relata as experiências violentas regularmente sofridas pelas religiões de matriz africana. Como já tratamos anteriormente nesta seção, a cultura ocidental segue na tentativa de impossibilitar qualquer contato das populações africanas com os valores que fundamentam suas expressões, com o propósito de ampliar seu território de domínio para além do corpo, e as demais estruturas que este transita. O desejo é alcançar o ser. Esta conduta nos ajuda a entender por que não é diferente no caso das Comunidades Tradicionais de Terreiro.

Nesses espaços, os laços com o continente puderam ser minimamente mantidos, ressignificados e reestruturados por meio de comemorações, rituais, festas e práticas religiosas que, por serem diferentes das entendidas como norma pelo crivo do ocidente e suas fantasias, colocam em risco a vigência dos seus mecanismos de controle.

Condutas como essas devem ser, primeiramente, nomeadas devidamente como racismo religioso, visto que lidar com as diferenças não deve ser um esforço. Também são necessárias propostas e estratégias para erradicar comportamentos dessa natureza, além de medidas de punição legal para quem ultrapassar tais entendimentos.

No entanto, é comum encontrarmos grandes apreciadores de expressões artísticas de origem africana, tais como carnaval, danças urbanas, culinária, experiências turísticas. Em momentos mais emotivos podem até admitir algum traço hereditário negro. Mas nenhuma dessas conservadoras aproximações podem ameaçar

o conforto da norma, sem a mais remota possibilidade de sofrer os percalços de um existir às margens. Gonzalez (1988) reflete acerca do “véu ideológico”, que a proposta de branqueamento lançada à cultura africana liderada pelo ocidente, e que ocasiona imensa confusão em quem descende da mesma ao reduzir as contribuições das civilizações africanas.

Zenicola (2020) discute a influência das áfricas nas manifestações artísticas brasileiras e no consumo destas. Reflete sobre a ocupação do corpo político dessas manifestações, que apresenta certa liberdade no consumo, sob um aparente desconforto em assumir, validar e difundir essas experiências. Como a neurose cultural apresentada por Lélia Gonzalez (1984), que interpreta a relação de consumo e rejeição da cultura africana no Brasil, quando nossos saberes são consumidos e apropriados mas permanecem sempre às margens e em situação de desvalidação.

Logo, para enfrentar as presentes questões, decidi acessar as danças africanas como recurso pedagógico para conduzir os debates raciais, sociais e de gênero sobre os quais minha pesquisa de mestrado se dedicou. E é sobre a movimentação que essa experiência concedeu ao meu corpo que pretendo relatar nesta escrita.

Um passo de cada vez

Nesta breve seção relatarei os encontros metodológicos ocorridos durante esse processo, o público envolvido, como foram estruturadas as aulas aplicadas na fase de campo. Primeiramente, foi feita uma revisão de literatura com o objetivo de acessar o referencial teórico pertinente acerca das publicações sobre agência, perspectiva afrocêntrica, danças afro e balé clássico, que são os conceitos e reflexões que estruturam a pesquisa e que foram ganhando cor à medida que fui me identificando como um corpo negro na dança. Essa revisão se orientou a partir de um estado da arte realizado no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Para Barros (2009), a revisão de literatura é considerada como um dos itens fundamentais para a elaboração de um projeto, compreendida a partir de um

levantamento exploratório da bibliografia já existente, seja no formato on-line ou físico. Após refletir acerca do referencial teórico encontrado, apresentamos para a fase de campo a elaboração e a execução de uma oficina de vivências artísticas dançantes conduzidas pelas danças afro-brasileiras direcionadas à meninas negras entre 10 e 13 anos de uma escola municipal do interior do Mato Grosso do Sul.

A escolha da escola se deu por ser uma instituição com um grande número de alunas que se encaixava no recorte racial pertinente à pesquisa. Em relação ao gênero, justifica-se pelo fato de os questionamentos que impulsionam a presente pesquisa partirem dos meus atravessamentos como mulher negra nos espaços de produção de conhecimento pelos quais passei. Logo, desenvolver a pesquisa apenas com meninas está de acordo com o direcionamento das questões a serem investigadas e nas relações estabelecidas em nossas vivências. Já a faixa etária foi definida pelas características desafiadoras que compreendem a pré-adolescência, sobretudo no que concerne à estética negra. Gomes (2002) relata os esforços de mães de meninas negras e seus diversos cuidados para que suas filhas não sejam alvo de comentários discriminatórios racistas em ambiente escolar.

Após lidar com os trâmites do comitê de ética, apresentação de proposta para a diretoria da escola, fomos para a divulgação das oficinas que seriam oferecidas na escola. A princípio tivemos sete matrículas, e as atividades se iniciaram na segunda semana de abril de 2024. Já nesse dia solicitei aos responsáveis que lessem e assinassem os termos de consentimento, de modo a autorizar a participação na oficina, como também um termo de assentimento para as crianças, que descrevia de maneira simples e direta como seria a estrutura das vivências e os direitos das participantes. Os encontros tiveram duração aproximada de seis meses com 60 minutos por semana, no período vespertino, período sinalizado pela escola como oportuno, pois aulas de judô também ocorrem no mesmo horário.

A estruturação das aulas foi orientada por grande entrelace pedagógico composto pelo contato com grupo, conceitos da perspectiva afrocêntrica[3] e o cuidado da ferramenta de análise da interseccionalidade[4], com a finalidade de entender as necessidades do público atendido. Desenvolver estratégias que abarquem os aspectos pertinentes aos envolvidos e favorecer uma intervenção eficaz e precisa, estabelecendo assim, como nos inspira Collins (2017), uma ponte entre os saberes produzidos nos movimentos sociais com o suporte e reconhecimento da academia.

Apesar de o projeto inicial ter sido direcionado apenas para meninas negras entre 10 e 13 anos, a oficina, por ser realizada no horário de outra atividade oferecida pela escola, despertou o interesse de crianças que não faziam parte do público definido para a presente pesquisa. Até o encerramento das atividades, duas meninas abaixo da faixa etária e um menino ingressaram no grupo, como também tivemos a participação de mais dois meninos que frequentavam as oficinas esporadicamente. A presença destes foi muito bem-vinda. No entanto, no momento de levantamento dos dados específicos da pesquisa, apenas a população previamente estabelecida e que apresentou autorização para a investigação teve as respostas consideradas.

Por meio das oficinas pretendi nos envolver em um ambiente de partilha de saberes, no qual todos os encontros se iniciavam com rodas de conversa que favoreciam a conexão com as participantes da pesquisa. Pude também observar conteúdos ali debatidos para complementar as discussões suscitadas no trabalho e estruturar o caminho pedagógico das oficinas.

Afonso e Abade (2008), afirmam que as rodas de conversas possuem grande potencial para favorecer reflexões em ambientes escolares, mantendo a descontração

[3]Paradigma estabelecido por Molefi Kete Asante, em meados dos anos 1980, que reposiciona o indivíduo negro por meio da sua localização e de sua agência. No qual o autor identifica e se reconecta com sua história ancestral e entende a importância da autonomia do povo negro, estabelecendo um posicionamento e um diálogo digno com sua condição de humanidade (Noguera, 2010).
[4]Ferramenta de análise de múltiplas discriminações que se encontram a partir dos marcadores sociais da diferença. Através desta é possível alcançar maior assertividade em relação às necessidades da população envolvida, mapear as informações pertinentes e traçar uma proposta de intervenção personalizada e eficaz (Crenshaw, 2000).

característica desse ambiente, para assim estabelecer uma conexão segura, com acessos dinâmicos e produtivos para uma análise futura.

Esses momentos foram registrados durante todas as aulas, em um diário de campo, e também foram feitas duas gravações de áudio para garantir um material expressivo e com palavras utilizadas pelas meninas participantes da pesquisa, e não apenas da pesquisadora. Oliveira (2014) apresenta o diário de campo como um local apropriado para receber as movimentações das pesquisas, “das leituras, dos tempos, espaços e das observações que ocorrem/ocorreram, enfim, na escola e comunidade vimos, ouvimos e vivemos” (Oliveira, 2014, p. 71).

Sendo assim, nos registros constam as impressões iniciais, conteúdos abordados que me chamaram atenção por algum motivo, a rotina de um modo geral e demais fatores que minha cosmopercepção[5] captou e estabeleceu como conteúdo interessante a ser apresentado. E mais adiante, ao descrever os momentos vivenciados com as participantes da pesquisa, apresentaremos nomes fictícios inspirados nas populações africanas.

Sendo assim, cada encontro combinava:

- Aspectos históricos e culturais das manifestações.
- Vivências práticas dos movimentos característicos.
- Discussões sobre identidade negra e autoestima.

[5]A autora nigeriana Oyeronkè Oyewumi reflete em seu livro “A Invenção das Mulheres” acerca da perspectiva ocidental relacionada com o sentido da visão. Ela observa que a visão ocidental aponta o corpo como um evento autoexplicativo, apenas de olhar para ele, já é possível identificar uma série de eventos socialmente contidos nesses corpos dos quais deduzimos e reagimos a esses corpos/situações de uma maneira possivelmente natural e inconsciente. E a partir desse olhar, estabelece-se uma diferenciação entre o corpo social e o corpo político. Ela aponta que no ocidente, as percepções e impressões são lideradas, conduzidas e estabelecidas pelo sentido da visão. A expressão cosmovisão é usada para condensar a lógica cultural de uma sociedade, o que posiciona o sentido da visão como um privilégio do continente. Já nas nações Iorubá, antiga região do continente africano no qual se localiza a Nigéria atualmente e nacionalidade de Oyewumi, os demais sentidos também são recrutados para compreender a realidade e as diferenças entre as sociedades. O que nos leva ao conceito da Cosmopercepção – abordagem ampla, inclusiva e sensível aos demais sentidos humanos (Oyewumi, 2021).

- Reflexões sobre a importância da ancestralidade.

A metodologia privilegiou a experiência corporal como fonte de conhecimento, alinhando-se à filosofia africana que compreende o corpo como canal de sabedoria (Machado, 2019).

Na toada do maracatu e ao Passo do Frevo — o que fez essa roda girar

A escolha do maracatu nação e do frevo como eixos centrais das oficinas foi estratégica. Ambas as expressões, embora tenham raízes africanas e estejam ligadas a saberes ancestrais, possuem relativa autorização social no contexto brasileiro, por estarem associadas às culturas nordestina e carnavalesca. Essa característica foi crucial para minimizar a resistência da direção escolar e das famílias. O maracatu, com origens nos cortejos de coroação de reis do Congo, é uma manifestação que enaltece a autoimagem negra e foi reconhecida como patrimônio cultural brasileiro em 2014 (Lima, 2014). Já o frevo, nascido do fervor dos encontros de bandas e com movimentos originados da capoeira, representa a alegria e a resistência dos povos negros em Pernambuco (Geheres & Brasileiro, 2014).

Monteiro (2011) destaca os primeiros registros de danças afro-brasileiras a partir do maracatu feitos no ano de 1642, composto por cortejos que acompanhavam a coroação de reis africanos, escolhidos nas comunidades negras que ali viviam e que simbolizavam também a coroação do Reis do Congo. A evidente agência identificada nessas manifestações que enaltecem a autoimagem do negro, adicionada à popularidade do maracatu na cultura brasileira, foram pontos relevantes na escolha dessa dança afro-brasileira, como uma das manifestações que envolvem minha prática pedagógica.

Segundo Lima e Guillen (2018), o maracatu nação possui uma jornada atravessada pela tentativa de marginalização de sua prática, até alcançar o posto de patrimônio cultural brasileiro no ano de 2014. Hoje referência da cultura pernambucana,

caminha ao lado do frevo e é responsável por abrir o desfile dos blocos no carnaval pernambucano.

Oliveira (2018) relata que podemos encontrar diversas expressões do maracatu, entre os mais populares estão o maracatu nação, ou de baque virado e o maracatu rural ou baque solto. A autora posiciona o surgimento do maracatu nação como anterior ao maracatu rural, sendo o primeiro relacionado a expressões relacionadas à coroação do rei do Congo e o segundo as brincadeiras da zona rural. Sendo assim, também são considerados por seus praticantes como um brinquedo, e Lima (2014) os aponta como "fenômeno sócio-histórico-cultural presente nas cidades do Recife, Olinda, Jaboatão e Igarassu, localizadas na região metropolitana da capital pernambucana" (Lima, 2014, p. 303). O autor que se declara como uma pessoa branca, enfatiza a importância de reconhecer tal manifestação como de origem negra, tendo esse recorte também em relação à maioria de seus participantes, apesar de também ser vivenciado por pessoas não negras.

Vejamos abaixo como Lima (2014) conceitua essa arte:

> O maracatu pode ser definido como uma manifestação cultural dotada de elementos diversos. Dispõe de dança, canto, fantasias e estilo musical próprio. Um maracatu é definido por sua música, cantada em geral por um mestre, que é acompanhado de batuqueiros, tocando afaias (os tambores), caixas, taróis, mineiros (espécie de ganzá) e gonguês (instrumento de ferro com uma campânula, percutida por um pedaço de madeira). (Lima, 2014, p. 308)

Assim sendo, a expressão definida para observarmos mais de perto foi a do maracatu nação. Lima (2014) apresenta a forte relação de alguns maracatus nação com as religiões de matriz africana, como o candomblé, estendendo-se também para a umbanda, o que evidencia a representação de divindades indígenas, além dos orixás como, por exemplo, mestres e mestras, caboclos e caboclas, índios e índias, pretos e pretas velhas, exus e pombagiras. A citada expressão ganha forma por meio de vários grupos desfilando no carnaval, constituídos de um cortejo real, acompanhados de um conjunto de percussão, mais conhecido como batuque.

Segundo Lima (2014), essa expressão apresenta o desfile dos componentes de uma corte. Com rei, rainha, príncipe e princesa, duque e duquesa, vassalos, escravos, lanceiros, baianas e por fim as damas do paço, que são responsáveis por levar nos braços a boneca calunga, um símbolo diretamente relacionado à ancestralidade e aos saberes culturais africanos. A movimentação é feita em forma de cortejo, no qual cada personagem realiza movimentos característicos de sua personalidade, de forma espontânea, sem a necessidade de uma coreografia sincronizada. O autor também destaca que os desfiles ocorrem em sua maioria no carnaval, porém não se restringem somente a ele, podendo fazer aparições em eventos particulares e de fomento cultural fora de época.

Já o frevo, manifestação presente em território pernambucano desde a colonização, é caracterizado por ser uma dança pulsante, repleta de vigor e que representa o combate e a alegria dos povos negros que ali resistiam. Composto por ritmos diversos como a polca, a marcha, a quadrilha, o maxixe e o dobrado, tocados por bandas militares e civis que desfilavam pelas ruas nordestinas, o frevo é compreendido como uma expressão urbana, praticada tanto por organizações como individualmente por foliões caracterizados com as indumentárias coloridas e a popular sombrinha[6] (Geheres & Brasileiro, 2014).

Geheres e Brasileiro (2014) atribuem a escolha do nome frevo aos momentos de encontros de bandas, quando os ritmos se misturavam e se aceleravam, em uma disputa sonora que provocava um verdadeiro fervor[7] nos participantes. Já a dança está relacionada com os movimentos da capoeira, que acompanhava as bandas e abria passagem para elas, fazendo uma espécie de escolta de cada grupo. A expressão em

[6]Sarmento (2010) compreende a utilização da sombrinha, confeccionada nas cores verde, vermelho, amarelo e azul, simbolizando a bandeira pernambucana, inicia-se a partir da proibição da capoeira pelo Estado. O item tinha a função de continuar abrindo espaço para a locomoção do grupo como também na defesa de embates mais próximos dos grupos rivais.

[7]A observada alteração na expressão de fervo para frevo, se explica pela linguagem desenvolvida pelos negros escravizados, o *pretoguês* como conceituou Gonzalez (1988), que criaram uma nova forma de comunicação atravessada por suas linguagens de origem africana, seu caráter tonal e rítmico com a fusão forçada com a língua portuguesa, do colonizador.

questão proporciona um encontro da dança com a luta, fluindo de tal forma que se tornava impossível diferenciar o final de uma e o início de outra. Essa transição de luta para dança é o resultado das estratégias dos grupos para diminuir as perseguições policiais que os mesmos sofriam em virtude dos jogos de capoeira.

Souza e Mello (2022) destacam o frevo como uma das mais potentes expressões culturais pernambucanas. Ocupando um lugar relevante na construção da identidade social da cidade, esta arte, motivada pela movimentação social envolvendo as causas abolicionistas e a garantia dos direitos dos trabalhadores de Recife, é coreografada por meio de diversos passos que trazem em seus nomes e na sua execução em forma de luta sua origem na capoeira, como “dobradiça”, “alicate”, “martelo”, “parafuso” entre outros. Composto por música, dança e as vestimentas características, durante o desfile apresentam o flabelo, um tipo de estandarte levado estritamente pelas damas.

Os autores destacam o reconhecimento do frevo, na década de 1980, como patrimônio cultural pernambucano, o que proporcionou a divulgação desse símbolo sob as mais diversas formas como telefones públicos, cartazes, posicionando-o assim como importante movimento de resistência social, político e cultural das populações afro-brasileiras.

Maracatu e frevo, expressões nascidas em solo brasileiro, geradas no ventre africano, ao atravessar o Atlântico carregadas pelas águas agitadas e potentes de uma ancestralidade, hoje banham, renovam e consagram as contribuições dos saberes africanos por meio dos encontros, descobertas e trocas dos primeiros passos da pesquisa aqui abordada.

Escrevivência e corpos negros em movimento

Assumir a escrevivência como ferramenta metodológica de escrita e reflexão sobre os dados apresentados na pesquisa é um ato político. A validação desse posicionamento foi incentivada por minha banca de avaliação, ainda na qualificação, que me questionou a presença de teóricos como Bardin e Minayo. Apesar de suas

incontestáveis contribuições na área de interpretação de dados, pareciam só constar nas orientações metodológicas para cumprir com as negociações entre a legitimidade ocidental e as permissões das especificidades negras. As amarras tendem a continuar, eu, com um pouco mais de coragem, sigo tentando quebrá-las.

Sendo assim, assumi. Sentindo como significativo o caminho proposto por Conceição Evaristo, a escrevivência (Evaristo, 2009) abraça nossos atravessamentos com compromisso e acalento, pois foi desenvolvida a partir das narrativas de mulheres negras, carregadas de experiências e subjetividades potentes, sistematicamente afastadas das validações ocidentais e do devido reconhecimento. São saberes orgânicos que sustentam, fortalecem e favorecem nossas trajetórias, em busca de legitimação frente aos saberes sintetizados pela academia (Bispo, 2023).

O valioso conceito emerge como uma ferramenta metodológica que valoriza a subjetividade e a experiência concreta de mulheres negras como fonte legítima de conhecimento e serve como um mapa para conduzir as experiências dos mais novos. Diferente da escrita acadêmica tradicional, que frequentemente desconsidera saberes não eurocêntricos, a escrevivência permite que nossas histórias, antes silenciadas, ecoem como narrativas potentes e inspiradoras, honrando as memórias apagadas pela violência colonial. Minha trajetória na dança, inicialmente guiada pelo balé clássico — expressão máxima da dança ocidental —, foi marcada pela ausência de referências negras. Aos poucos, fui me forjando para me tornar referência, entendendo a potência da minha presença em espaços de produção de conhecimento. Essa transição do balé clássico para as danças afro-brasileiras representa não apenas uma mudança estética, mas um reposicionamento epistemológico e político.

Na filosofia africana, o corpo é compreendido como canal de conhecimento e transformação (Machado, 2019). Diferente da perspectiva ocidental que frequentemente separa mente e corpo, as tradições africanas entendem o movimento corporal como expressão integral do ser, conectado à ancestralidade e ao cosmos. Essa compreensão

foi fundamental para meu processo de reencontro com minhas raízes e para a elaboração das oficinas de dança afro-brasileira.

A dança, nas culturas africanas, não se restringe simplesmente ao entretenimento ou à performance. Como destaca Acogny (2022), trata-se de uma arte fundamental da cultura, capaz de representar o indivíduo de maneira integral, seus desejos e experiências, por meio de gestos e movimentos que simbolizam, codificam e contam histórias. Essa compreensão foi transformadora em minha prática pedagógica, permitindo-me ressignificar o ensino da dança como ato político e de cura.

Pés no chão para voar

O processo das oficinas revelou transformações significativas na autoimagem e na autoestima das meninas participantes, mas sobretudo fortaleceu meus passos para continuar essa caminhada. Compartilhar nossas histórias é um ato político. Calar-se não é compatível com a potência da oralidade africana, que carrega em suas narrativas os segredos dos caminhos. Este relato, oriundo do início de minha jornada na pós-graduação, reafirma meu compromisso ancestral com a restauração de nossas memórias e com o incentivo ao despertar de outras meninas e mulheres negras.

Ainda nos debruçando sobre questões sensíveis que discutimos durante os encontros, gostaria de finalizar este trabalho apresentando uma reflexão relacionada às questões étnico-raciais.

Pude observar que a presença do desconforto relacionado à consciência racial é uma evidência no cotidiano da população negra, e comigo não foi diferente. A questão despontou em minha vida de fora para dentro e naquela época, infelizmente, eu não estava blindada pelos caminhos potentes das populações negras, seus saberes, conquistas, desafios e resistências. A cor de minha pele mobilizava a ambição e crueldade da sociedade ocidental, com olhares que em um vasto imaginário social tentavam me posicionar e determinar minhas aspirações.

Já a reflexão a seguir, emerge das particularidades que envolvem minha subjetivação e caminhos esperançosos sobre meu ingresso no mercado de trabalho. Ouvi diversas vezes de colegas próximas durante a infância: *"Você nem é tão negra."* Apesar do mal-estar que se instaurava em mim após falas preconceituosas como essas, disfarçadas de elogios, as relações continuavam sustentadas pelas migalhas de aceitação. Perspectivas intrusivas que me conduziram e traçaram um caminho que me distanciou de saberes civilizatórios valiosos e fundantes. Já estava tudo pré-estabelecido, e a mim caberia me ajustar.

Dialogar sobre cor/raça não é uma tarefa confortável para pessoas negras, mesmo porque, se estamos marcados, se aparecemos geralmente não é para sermos reconhecidos como agentes. São condutas carregadas de estigmas e defesas, que marcam a nossa sociedade. Para Nogueira (2023), a categorização dos seres humanos conspira a favor do fortalecimento dos interesses etnocêntricos das civilizações dominantes.

Por meio das oficinas, a convivência prolongada com o grupo propiciou um espaço para reflexões mais aprofundadas sobre a temática cor/raça, no qual pudemos ampliar coletivamente nossos entendimentos e posicionamentos acerca dessas questões. E apesar de reconhecer os desafios, fui adiante para entender as perspectivas das participantes na pesquisa, meninas negras do interior de Mato Grosso do Sul, acerca dessa temática. O questionamento que direcionou essa reflexão com as participantes da pesquisa foi: *"Qual a cor da sua pele?".* Ponderei sobre a diversidade de tonalidades, compartilhei minha experiência na infância quando consideravam o lápis na tonalidade salmão como sendo cor de pele, subtraindo qualquer outra possibilidade legítima fora da branquitude, e fui escutando suas contribuições. Estariam elas fortalecidas e conscientes acerca da questão da raça? Da cor de sua pele? Quais eram suas percepções?

Badu iniciou falando da cor de seu pai, "*Meu pai é negro"*, disse ela. Nala afirmou *"ser mesclada."* Questionei o que seria mesclada e ela falou que era misturada, nem

branca nem negra e com tonalidades do corpo mais claras ou mais escuras, como o interior de nossos braços, exemplificou ela. Após essa constatação todas se declararam mescladas, menos Dandara, que disse não saber o que era. Jamla disse nunca ter pensado nisso, e também não sabia. Zuri não falou qual cor era, mas relatou haver encontrado com pessoas com manchas brancas no rosto. Coloquei-me por último para não influenciar nenhuma resposta, me declarando negra.

Para compor esse momento e torná-lo mais confortável, após cada uma se expressar inicialmente, abrimos uma roda de leitura com o livro *Nossas Cores — Celebre o ser único que você é* (Rivera, 2022). O livro é uma tradução da editora Happy Books, que apresenta um conteúdo lúdico, interativo sensorial, visual e também uma linguagem que incentiva o diálogo e a reflexão. A publicação em questão apresenta falas que dignificam as particularidades e diferenças de cada um, de modo que a criança se sinta única, importante e contemplada pelas descrições e ilustrações ali dispostas. Características que incentivam sensações de autonomia e pertencimento, práticas que não me foram apresentadas nos bancos escolares durante a infância.

Após cada uma identificar as cores de suas peles no livro, entre outras diferenças, Dandara se sentiu à vontade para se posicionar, e falou: *“eu sou pretinha, pretinha”* — esticando os braços, olhando para si.

Figura 1

Imagem dos participantes da pesquisa durante a roda de leitura do livro “Nossas Cores — Celebre o ser único que você é”.



Fonte: Arquivo pessoal.

Asante (2009) nos ajuda a refletir acerca dessas questões a partir da categoria localização psicológica, encontrada na obra *Afrocentricidade: A teoria de mudança social*, citada neste artigo. Ponto esse que discute as questões ambientais que envolvem a subjetivação da pessoa negra. As influências de situações diversas e perspectivas em sua existência e se estas estão operando a favor de sua autonomia, ou o distanciando dela, se seus interesses estão no centro, ou às margens. Sendo assim, me propus a entender quais questões mobilizadas pela raça estariam emergindo em suas experiências, como elas estão posicionadas nesse contexto.

Apesar de ser um conteúdo denso para adultos que já enfrentaram diversos incômodos permeados pela discriminação racial, as perspectivas das crianças podem nos apresentar possibilidades mais suaves e esperançosas, sem desconsiderar possíveis angústias que podem envolver esta temática. Badu, uma menina negra de pele clara, reconheceu em seu pai a raça negra, mas não em si.

Figura 2

Imagem de uma participante do grupo durante nossa sessão de fotos.



Fonte: Arquivo pessoal. Fotógrafa: Jaqueline Coelho Castro

Asante (2009) aborda a importância do lugar epistemológico da população negra. Badu apesar de reconhecer seu pai como negro, e ter traços fenotípicos compatíveis com a população em questão, não se entende como parte. E esse evento se dá devido ao afastamento dos povos negros de suas histórias, de suas agências, de suas imagens e símbolos valiosos. Somente associados ao contexto de submissão à escravidão, pois nem os momentos de resistência como a história do quilombo dos Palmares, modelo de civilização afrodiaspórica que se organizou e triunfou durante um século, nos é apresentada. Zumbi dos Palmares foi por muito tempo apresentado como um “escravo fugido” e sua comunidade como um refúgio de pessoas criminosas. Logo, por uma questão de permanência minimamente digna, ser identificado como negro pode não ser motivo de orgulho (Nogueira, 2023).

No entanto, entender-se como pessoa negra está para além da aparência e do histórico envolto por crueldades e violências. Essa consciência se instala quando a pessoa percebe as manobras da sociedade que favorecem a sua submissão, em paralelo com um falso pertencimento elaborado pela dissimulação de referências fragmentadas para manutenção dessas respostas alienadas (Souza, 2021). Ao contrário da descrição de Nala sobre ser mesclada, que estabelece a agência de olhar para si e nomear-se, ir contra o sistema eurocêntrico que identifica, classifica e segrega. Não é morena, nem mulata, para ela, é mesclada.

Jamla tem fortes traços indígenas e admitiu nunca ter se questionado sobre o assunto. Na publicação, as crianças notaram uma ilustração de uma menina com vitiligo, o que confirmou a fala de Zuri sobre as pessoas com manchas brancas no rosto. Dandara é uma menina negra, retinta, que até aquele momento dizia não saber sua cor e, ao final, demonstra orgulho e pertencimento ao se declarar negra. Souza (2021) destaca a importância de se apropriar de suas características, sejam potencialidades ou aspectos que necessitem reorientação, mas que esteja envolto de si, de suas perspectivas de seu discurso. Logo, ao entender-se como pretinha, ao olhar-se com tal estima, são fortalecidas as estruturas para o enfrentamento dos que não estiverem de acordo com tamanha autonomia.

Esse momento foi compreendido como um potente agenciamento de Dandara, pois se encontrar com aspectos filosóficos e culturais africanos, apresentados durante as oficinas, bem como a convivência e a legitimação que recebia em convivência com outras meninas negras e a pesquisadora, foram fatores que a sustentou e a posicionou com autoestima e orgulho em pertencer.

Compreende-se, então, a partir de Motta (2021), que por exercício de uma agência satisfatória para a população negra, entende-se que esta deve estar conectada com os valores filosóficos das suas origens, que orientam, incentivam e protegem os seus de acordo com os caminhos ancestrais acerca do que contribuiu para a permanência digna do grupo em questão. Resultando, assim, em uma perspectiva que

envolva seus interesses, sem a interferência de quaisquer influências de caráter impositivo que violam a autonomia, questionando a sua humanidade.

Nas palavras da autora segue o importante trecho abaixo:

> A agência diz respeito ao uso dos potenciais intelectuais, psicológicos, sensíveis e culturais para que a sujeita/o sujeito seja capaz de agir e transformar realidades, influenciando ativamente em contextos singulares e sociais. (Motta, 2021, p. 2813)

As danças afro-brasileiras, em especial o maracatu e o frevo, mostraram-se ferramentas poderosas de reencontro, valorização identitária e resistência cultural, mesmo em contextos adversos. O processo de descolonização do corpo e da prática pedagógica é contínuo e exige persistência, mas os resultados observados nas oficinas demonstram seu potencial transformador.

O ser estar em um corpo negro traz marcas que me possibilitaram perceber e receber os olhares e reações dos ambientes que passei, e por ele me encontro com o ser estar de outras meninas por onde passo com a celebração e orgulho de ser quem se é, genuinamente. Questionamentos, insatisfações e mudanças que porventura quiserem atravessar esses corpos, que estes sejam despertados por dentro e não pelas imposições agressivas que vêm de fora. A nossa autonomia é soberana, nosso corpo, nosso território.

Aqui eu celebro minha importância primeiramente para a minha ancestralidade, da qual nem sempre soube da sua existência consciente, porém senti sua força todas as vezes que alguma situação do contexto desfavorável imposto pelo recorte racial insistia em aparecer: “Nossos passos vêm de longe” (Evaristo, 2009).

Seguimos com os pés no chão, em conexão com a ancestralidade para que possamos alçar novos voos. E nesse voo, carregamos as forças de Mercedes Baptista, Conceição Evaristo e a resistência de tantas mulheres negras que, antes de nós, abriram os caminhos que hoje percorremos.

Referências bibliográficas

ACOGNY, Germaine. 2022. *A dança africana.* São Paulo, Perspectiva.

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; ABADE, Flávia. *Para reinventar as Rodas.* Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. Pro-Posições, Campinas, v. 28, n. 1, p. 55-80, jan./abr. 2017. Disponível em: scielo.br. Acesso em: 19 out. 2026.

ASANTE, Molefi Kete. Notas sobre uma posição disciplinar. In. NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. BARROS, José D'Assunção. A revisão bibliográfica – uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 11-20, jul./dez. 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: doi.org. Acesso em: 19 out. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução: feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, jan./jun. 2017.

EVARISTO, Conceição. 2009. *Escrevivência: a escrita de nós.* Rio de Janeiro, Editora Malê.

GEHERES, T.; BRASILEIRO, L. 2014. *Frevo: a dança da resistência pernambucana.* Recife, Fundação Joaquim Nabuco.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, 2002.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e relações raciais*: conquistas e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GUEDES, Sônia. *História da dança em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2016.

LEITE, Flávia; NOLASCO, Mirella. *Epistemologias negras*: resistência e existência. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LIMA, Maurício Barbosa de. Escrevivências sobre corpo, dança e(m) educação no cenário acadêmico brasileiro. *Revista Científica/FAP*, v. 28, n. 1, p. 110-130, jan./jun. 2023.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. 2014. *Maracatu: história e significados*. Recife: Editora Massangana.

LIMA, Paulo; GUILLEN, Isabel. *Patrimônio cultural brasileiro*: o caso do maracatu. Revista de História da Arte, [s. l.], v. 12, n. 2, 2018.

MACHADO, Vagner. *Filosofia africana*: o corpo como canal de conhecimento. Salvador: EDUFBA, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Arnaldo. *Danças negras no Brasil*: trajetórias e significados. Rio de Janeiro: Editora Folha Seca, 2011.

MOTTA, Ivana. *Movências nas rotas de Sankofa*: poéticas, agências e corpa/corpo co-movente na dança. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM DANÇA, 6., 2021, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas: Galoá, 2021. Disponível em: https://proceedings.science/anda/anda-2021/trabalhos/movencias-nas-rotas-de-sankofa-poeticas-agencias-e-corpacorpo-co-movente-na-danc?lang=pt-br. Acesso em: 19 out. 2026.

NOGUERA, Renato. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. *Revista África e Africanidades*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, p. 1-16, nov. 2010. Disponível em:

http://www.africaeafricanidades.com.br/documentos/01112010_02.pdf. Acesso em: 19 out. 2026.

NOGUEIRA, Sidnei. Liberdade religiosa e racismo no Brasil contemporâneo. *Revista de Antropologia*, [s. l.], v. 45, n. 3, 2023.

OLIVEIRA, Maria. *Manifestações do maracatu*: nação e rural. Recife: Fundarpe, 2018.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Maria de. (Entre)linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 119-138, 2014.

OYÉWÙMÍ, Oyeronke. *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RIVERA, Lezette. *Nossas cores*: celebre o ser único que você é. Ilustrações: Edward Miller. [S. l.]: Happy Books, 2022. 10 p. [1, 2] RUFINO, Luiz. *Encantamento e resistência*. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2019.

RUFINO, Luiz. 2019. *Encantamento e resistência*. Rio de Janeiro. Editora Malê.SARMENTO, Carlos. *A sombrinha no frevo*: símbolo e resistência. Recife: Editora Babel, 2010.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro:* ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 171 p.

SOUZA, Arthur; MELLO, Thiago. Frevo: identidade e resistência cultural. *Revista de Cultura Pernambucana*, [s. l.], v. 8, n. 1, 2022.

ZENICOLA, Carmen Denise. *Áfricas no Brasil*: consumo e apropriação das manifestações artísticas. São Paulo: Editora Olhares, 2020.